

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA GERÊNCIA DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE TEMPO INTEGRAL DA SEDUC-PA

Rosa do Socorro Gomes Vale
Universidade Federal do Pará (UFPA)
gomes.vale@hotmail.com

Luana Patricia Paixão Maciel
Universidade Federal do Pará (UFPA)
lu.patricia15@hotmail.com

Ney Cristina Monteiro de Oliveira
Universidade Federal do Pará (UFPA)
neycmo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O ano de 1980 marcou o cenário de democratização da sociedade brasileira, principalmente em relação às políticas públicas. Dentre elas, temos aquelas direcionadas à educação, pautadas em proposições expressivas na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade. Era justamente esse o fato perseguido, desde a década de 1930, pelo Movimento da Escola Nova.

Paralelamente a isso, a Constituição Federal de 1988, ao reafirmar o caráter público da educação, “reconhece a convivência entre diversas modalidades de instituições: públicas, privadas lucrativas e privadas não lucrativas (confessionais, comunitárias e filantrópicas)” (LEÃO, 1999, p. 115), configurando a efetiva institucionalização da parceria via terceiro setor com a educação pública. A parceria público-privada se estabeleceu nas políticas sociais brasileira, com o acirramento de mecanismos descentralizadores, minimizando o papel do Estado em relação ao setor privado na implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria do setor educacional, cujo foco está na eficiência e eficácia dos seus resultados.

Organizações da sociedade civil e de grupos não governamentais têm como foco desenvolver políticas sociais que possibilitem a transposição do quadro deflagrante apresentado pelo cenário social e econômico do país, revelando o despreparo do Estado em gerir sua própria política desenvolvimentista, transferindo tal responsabilidade para a via privada; isso culmina no que hoje está enraizado na lógica dos programas e projetos nas redes educacionais espalhados por todo o território federativo.

Com efeito, os projetos e programas recentes de educação de tempo integral estão relacionados a um contexto amplo de reformas educacionais no Brasil e na América Latina, no qual tem sido atribuída à educação uma posição estratégica perante as exigências e demandas impostas pelo mercado a partir da década de 1990 (SANTOS, 2009).

Na garantia da governança no Brasil, os defensores da “terceira via” e da teoria neoliberal avançaram na proposta do Estado mínimo para os direitos sociais e garantiram o Estado máximo para os ganhos do capital (PERONI, 2003); com isso, consagraram o fortalecimento do terceiro setor na gerência das políticas públicas sociais, com efetivo destaque aos programas e projetos implantados pelo Ministério da Educação (MEC).

DESENVOLVIMENTO

No estado do Pará, a parceria público-privada se evidencia por meio do Pacto pela Educação do Estado, cujo objetivo é promover a qualidade da educação pública no estado; assim, vários programas e projetos são criados, sob essa égide, para construção de ações que, a princípio, julgam-se propositivas, contando com vários setores da sociedade civil, da iniciativa privada e de organizações internacionais, a fim de resultar em melhorias na aprendizagem do aluno, com destaque para o esforço de alavancar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado.

Com efeito, a real preocupação do Estado por meio das políticas públicas implementadas pelo setor privado na busca por desvelar as demandas educacionais está voltada para a celeridade e eficiência que, em tese, o setor possui no processo de prestação de serviços feitos através dos convênios firmados no desenvolvimento de ações educacionais, que por vezes oportuniza um ensino voltado para atender às demandas do mercado e, conseqüentemente, às necessidades do sistema neoliberal, por meio da mercantilização da educação pública, o que corrobora a massificação e intensificação da mão de obra a serviço do capital.

Nestes termos, percebemos que a implementação da política de educação de tempo integral na rede estadual de ensino se consubstancia nos princípios gerencialistas, através da celebração efetivada entre a Secretaria de Educação do Pará (SEDUC-PA) e as instituições privadas; dentre elas, temos os institutos Itaú,

Unibanco, Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), entidades componentes do Pacto pela Educação no Pará, com vistas a elevar a educação pública ao alcance de resultados exitosos, com destaque no ranque das avaliações em larga escala.

Logo, os diversos programas e projetos implementados na educação paraense através do terceiro setor, via parceria com privado, se estabeleceram na rede estadual de ensino desde 2009. Como exemplo, temos o Projeto Trilhas (PT), o Programa Jovem do Futuro (PJF), o Programa Mais Educação (PME), o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), dentre outros, os quais têm nessas parcerias o direcionamento técnico, pedagógico, administrativo e financeiro de suas ações. Nesse processo, vislumbram transpor uma dada realidade educacional, com ênfase em uma educação que desobriga o Estado de sua função primeira, isto é, de gerir e prover políticas públicas pertinentes ao desenvolvimento da educação com qualidade e equidade social, considerando as peculiaridades e especificidades da população regional.

Neste contexto, a política de educação de tempo integral teve seus primeiros ensaios na rede estadual em 2009, com o PME, para o ensino fundamental e, em 2012, com o ProEMI, para o ensino médio. O objetivo era proporcionar mais tempo para aprender, com vistas a melhorar a qualidade do ensino, por meio do estabelecimento de parceria entre o Estado (SEDUC) e o setor privado, o qual este se configurou em agente condutor dessa política na gerência da educação básica, visando a atender às demandas educacionais, superar os problemas na educação e, principalmente, modernizar a gestão escolar no estado.

CONCLUSÃO

Neste sentido, a análise que aferimos da relação público-privada no desenvolvimento de ações para a educação pública – com destaque, para a política de tempo integral, relaciona-se ao processo de mercantilização do ensino, o qual tem sofrido intensa influência do empresariado, em um fenômeno associado a uma nova forma de gerenciamento da educação pública, articulando parcerias principalmente com organizações sociais em prol da resolução de demandas de que o Estado deveria dar conta. Além disso, essas ações voltam-se para ratificar a conexão entre o setor público e o privado, por compreender a necessidade de

superar “a visão dicotômica” entre o estatal e o privado, de modo que nesse contexto se redefinem as relações entre Estado e sociedade (COELHO; SIRINO, 2018, p. 155).

Cabe enfatizar como a política de tempo integral foi implantada na rede pública estadual de ensino (PA), por meio das ações protagonizadas pelo Pacto pela Educação (PA), mas, a priori, oriundas das ações implementadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo governo federal, com o objetivo de oportunizar a melhoria da qualidade no ensino e o fomento da educação integral. A finalidade em tal conjuntura era dar respostas às metas projetadas pelos indicadores oficiais, às quais contrariam as expectativas para o desenvolvimento econômico e social no Estado. Nesta lógica, a iniciativa privada avança no processo de ocupação de novos espaços, para reproduzir a lógica acumuladora na efetivação de programas e projetos executados pela relação público-privada.

Nesta perspectiva, a concretização de programas e projetos que sustentaram a política de educação de tempo integral no Pará foi algo que contou com a parceria entre a Secretaria de Educação do Estado e o terceiro setor, na elaboração técnica e pedagógica de suas ações, convergindo esforços com iniciativa pública na condução do gerenciamento da educação.

REFERÊNCIAS

- CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.
- COELHO, L. M. C. C. História(s) da educação integral. *In*: MAURÍCIO, L. V. (org.). Educação integral e tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, 2009.
- COELHO, L. M. C. C.; SIRINO, M. B. Concepções de educação integral, gestão do tempo integral e projeto (s) de sociedade: um debate (mais do que) atual. *In*: FERREIRA, A. G.; BERNARDO, E. S.; MENEZES, J. S. S. (org.). **Políticas e gestão em educação em tempo integral**: desafios contemporâneos. Curitiba: CRV, 2018. p. 137-161.
- LEÃO, G. M. P. “Novas” estratégias da gestão privada da educação pública. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (org.). **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

SANTOS, S. V. **A ampliação do tempo escolar em propostas de educação pública integral**. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2009.